

O RACISMO INDÍGENA: LUTA, CONFLITOS E RESISTÊNCIA DO POVO TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ¹

Gabriela Silvestre de Castro²

Resumo

O presente artigo objetiva analisar de que maneira o racismo indígena impacta a vida do povo Tremembé, especificamente, o Território da Barra do Mundaú, Itapipoca-Ceará. Metodologicamente, para o levantamento dos dados empíricos utilizamos as técnicas de entrevista semiestruturada, revisão bibliográfica e observação das vivências cotidianas dos moradores e da própria autora. Além de outros questionamentos, duas questões nortearam a pesquisa: Quais os motivos que levam os indígenas Tremembé a negarem sua raça? Seriam os indígenas influenciados pelos empresários que querem se apropriar do território? A principal hipótese do trabalho é a de que aqueles que não afirmarem sua identidade indígena, não o fazem porque foram iludidos pelo discurso dos empresários que adentram o território Tremembé, na esperança de conseguir melhores condições de vida. Com o intuito de embasar teoricamente o artigo, dialogamos com os autoras e autores: Oliveira et al. (2020), Peixoto (2017), Milanez et al. (2019), Costa (2018), Munanga; Gomes (2006), Almeida (2018) dentre outros. Esperamos que este modesto artigo possa ser uma ferramenta de estudos, a fim de ampliar a visibilidade dos povos indígenas, principalmente, para o povo Tremembé da Barra do Mundaú.

Palavras-chave: Racismo. Indígena. Conflitos. Resistência. Invasão.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo el racismo indígena impacta la vida del pueblo Tremembé, específicamente el Territorio de Barra do Mundaú, Itapipoca-Ceará. Metodológicamente, para la encuesta de datos empíricos se utilizaron las técnicas de entrevista semiestructurada, revisión bibliográfica y observación de las experiencias cotidianas de los residentes y de la propia autora. Además de otras preguntas, dos preguntas guían la investigación: ¿Cuáles son las razones que llevan a los indios Tremembé a negar su raza? ¿Los indígenas están influenciados por empresarios que quieren apropiarse del territorio? La hipótesis principal del trabajo es que quienes no afirman su identidad indígena no lo hacen porque fueron engañados por el discurso de los empresarios que ingresan al territorio de Tremembé, con la esperanza de lograr mejores condiciones de vida. Para apoyar teóricamente el artículo, dialogamos con los autores y autoras: Oliveira et al. (2020), Peixoto (2017), Milanez et al. (2019), Costa (2018), Munanga; Gomes (2006), Almeida (2018) entre otros. Esperamos que este modesto artículo pueda ser una herramienta de estudios, con el fin de aumentar la visibilidad de los pueblos indígenas, especialmente para el pueblo Tremembé de Barra do Mundaú.

Palabras clave: Racismo. Indígena. Conflictos. Resistencia. Invasión.

¹ Artigo submetido e aprovado em: 27 de julho de 2022

² Graduanda no curso de Bacharelado em Antropologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. castrogabriela20192@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Desde a invasão das terras brasileiras os povos indígenas vêm sofrendo toda sorte de opressão. Primeiro, por parte dos colonizadores ou invasores; segundo, pelas políticas de Estado que põem os povos indígenas em condição de sofrimento; terceiro, pelas questões fundiárias que envolvem grandes empreendimentos. Ao longo dos anos há diversas opressões perpetradas contra os povos originários, que vão desde massacre, discriminação e até mesmo o racismo.

Segundo IBGE³, há cerca de 900 mil indígenas no Brasil, que se dividem entre 305 etnias, com pelo menos 274 línguas, deste total, mil estão localizados na região Nordeste, divididos em 67 etnias. Esses povos possuem diversas culturas, costumes, tradições e realidades diferentes.

Na região Nordeste do Brasil, especialmente no Estado do Ceará, há 15 etnias reconhecidas oficialmente pela FUNAI⁴. Segundo Oliveira (1993), a presença indígena no Nordeste contradiz a visão do senso comum, tendo em vista que ela é bastante numerosa, defensora de políticas ambientais, com grande senso de justiça e consciência política, em relação aos seus direitos, enquanto povos originários.

Dentre as etnias reconhecidas no Ceará podemos citar os seguintes povos: Tapeba (Caucaia), Pitaguarí (Maracanaú e Pacatuba), Kanindé (Aratuba e Canindé), Potiguará (Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Crateús e Tamboril), Anacé (Caucaia), Gavião (Monsenhor Tabosa), Tapuia-Kariri, (São Benedito) Kalabaça (Crateús), Kariri (Crateús e Crato), Tabajara (Crateús, Monsenhor Tabosa e Poranga, Quiterianópolis e Tamboril), Tupinambá (Crateús), Tubiba-Tapuia (Monsenhor Tabosa e Boa Viagem) Jenipapo Kanindé (Aquiraz), Karão Jaguaribara (Aratuba e Canindé) e dentre a etnia Tremembé (Itapipoca, Acaraú

³ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

⁴ Fundação Nacional do Índio.

e Itarema). Todavia, por uma questão de delimitação do tema, centraremos no povo Tremembé.

A etnia Tremembé está localizada nos municípios Itapipoca, Itarema, Acaraú. Vale salientar que o povo Tremembé tem a subsistência diferente dos outros povos, os Tremembé vivem no litoral oeste do Ceará, sua principal fonte de renda é pesca e a agricultura. Além disso, pratica o ritual ancestral sagrado, assim como o torém – dança ritual sagrada ancestral, dentre outros meios. O território é dividido em 04 (quatro) aldeias: São José, Munguba, Buriti do Meio e Buriti de Baixo. Tem uma abundância de recursos naturais, contendo vários olhos d'água manguezais, uma vasta área de dunas e matas, mar e rio. Território localizado no litoral oeste cearense, no município de Itapipoca, a 60 km da sede do município, 135 KM de distância de Fortaleza, capital do Estado.



Figura 1- Mapa do Território. Itapipoca-CE. Fonte: Produção Autoral

Os Tremembé, se dividem em três subterritórios, por uma questão de delimitação, este artigo irá refletir sobre os indígenas que residem na Barra do Mundaú. A área mencionada possui cerca de 3.580 hectares, com uma população de 518 aldeados e aproximadamente 200 habitantes não indígenas.

Embora o território Tremembé da Barra do Mundaú tenha sido demarcado em 2015, ainda hoje se encontra em processo de levantamento de benfeitoria. Tal processo visa ainda a indenização dessas famílias que não se reconhecem como indígenas, porém vivem dentro do território. Enquanto os Tremembé aguardam a finalização do processo, surgiram diversos conflitos internos, inclusive com a de ameaças de morte, incitados por pessoas não-indígenas que habitam o território. Há também, conflitos externos, ligados às questões de apropriação da terra, por grandes empreendimentos imobiliários. Além dos problemas mencionados há o racismo, que é uma das violências sofridas pelos Tremembé. O autor abaixo define racismo como:

É uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2019, p.22).

Partindo da premissa que o racismo que atinge os povos originários, especialmente os povos Tremembé vem pela inculcação de pessoas que vivem fora do território, mas tem interesses nas terras. Desconfiamos ainda que o racismo indígena perpassa os segmentos da saúde, da educação e meio ambiente. Assim levantamos os seguintes questionamentos: Por que ocorrem os conflitos raciais dentro do território Tremembé? Será que os conflitos raciais ocorrem devido a negação da etnia no registro de nascimento? Quais os motivos que levam os indígenas Tremembé a negarem sua raça? Seriam eles influenciados pelos empresários que querem se apropriar do território?

A presença das pessoas não indígenas dentro do território Tremembé tem causado diversos problemas, dentre os quais o preconceito e o racismo. A ação dos latifundiários provoca violências, devastação ao meio ambiente ocasionando a destruição das matas, bem como poluição das águas. Somado a isso, o fato de os latifundiários cooptarem muitos indígenas em seu favorecimento próprio. Deste modo, este artigo tem por objetivo investigar de que maneira o, racismo indígena impacta a vida no povo Tremembé, especificamente da comunidade Barra do Mundaú, Itapipoca-Ceará.

A principal hipótese do trabalho é a de que aqueles que não afirmam sua identidade indígena, não o fazem porquê se iludem com o discurso dos empresários que adentram o território Tremembé, na esperança de conseguir

melhor condições de vida. Outra hipótese é que os originários que estão do lado dos empresários recebam alguma recompensa.

Uma perspectiva que, também, acreditamos influenciar na negação da identidade indígena, diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem ofertado aos moradores da Barra do Mundaú, pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC). Ainda que a Secretaria de educação tenha na grade curricular os tópicos relativos as populações indígenas, ainda assim, dentro do território da Barra do Mundaú os professores indígenas e os conhecimentos locais dos Tremembé são pouco valorizados, uma vez que, que a maioria dos editais lançados para seleção de professores não reservam vagas para professores indígenas, Portanto, a SEDUC apesar de utilizar o termo educação inclusiva fazendo referências aos indígenas mesmo assim não contempla totalmente o território da Barra do Mundaú.

Diante do exposto, o presente artigo se justifica pela necessidade de evidenciar os problemas vividos dentro do território; de denunciar a opressão vivida por esse povo, a fim de encontrar soluções. Ademais as experiências mencionadas trazidas à luz dos embasamentos científicos e por ser eu a autora dessa escritura, uma indígena Tremembé, acrescentamos o fato de o artigo servir como ferramenta de estudos para ampliar a visibilidade dos povos indígenas, principalmente, da comunidade Tremembé da Barra do Mundaú.

A pesquisa para levantamento dos dados empíricos, foi realizada na comunidade indígena Tremembé da Barra do Mundaú, tendo como coautoras desse artigo, as pessoas das terras Tremembé que lutam pela preservação cultural. Tais pessoas contribuíram com suas narrativas e experiências associadas ao racismo; são elas, artistas, idosas, lideranças, professores, jovens, técnicas de enfermagem e mulheres de modo geral. É importante ressaltar também que, além disso, a pesquisa é cunho qualitativo e se fundamenta dos dados empíricos colhidos através das técnicas de entrevistas semiestruturadas, observação e pelas vivências cotidianas dos moradores e da própria autora. Para realização deste artigo foram realizadas 11 entrevistas com homens e mulheres, moradores do território da Barra do Mundaú

O rio que perpassa o território indígena, que faz divisa com outras localidades é usado também pelos não-indígenas que habitam no território,

pessoas que vivem fora dele, ou seja, o rio é uma ponte de acesso para que outras pessoas alheias ao território; elas comercializam madeira, carnaúbas e outros bens materiais encontrados na localidade. Ademais, os moradores utilizam o rio para pesca de subsistência, por isso, o rio é primordial à comunidade.

Na década de 1980, o território Tremembé, mantinha-se na posse dos portugueses que dominavam toda a área de 3.580 hectares, nesse mesmo período chegaram os espanhóis que também adentraram no território e queriam se apropriar da terra. Um dos períodos bem difíceis e marcado na história, foi quando o território estava sendo negociado entre os portugueses e espanhóis sem que os Tremembé soubessem. Nessa negociação houve um confronto entre os dois grupos de europeus, resultando na morte de um homem do segundo grupo, ou seja, um espanhol, isso fez com que os espanhóis se afastassem do território.

Entretanto, após os espanhóis, ficarem um período afastados do território, no ano de 2000, eles retornam às terras Tremembé como projeto de um empreendimento turístico, denominado “Nova Atlântida”, que visa atrair também especulação imobiliária, com uma cidade Internacional com rede de hotelaria, que ocuparia cerca de 3,1 mil hectares da T.I.⁵ de um total de 3 580 hectares. O interesse do empresariado pelo território Tremembé é investir no turismo para lucrar cada vez mais.

Em contrapartida a empresa espanhola compraria terra em outro lugar para que os povos Tremembé deixassem o território, além disso, aqueles que não aceitassem a proposta, a empresa faria uma casa dentro do território, mas estes seriam obrigados a trabalhar para a empresa. O fato é que com isso a comunidade se dividiu. Uma parte ficou do lado da empresa Nova Atlântida e outra parte luta ainda hoje, contra esse empreendimento. Os indígenas em resistência buscam por seu reconhecimento como indígenas e mitigar os conflitos internos com pessoas do mesmo sangue. Vale ressaltar que os que ficaram ao lado dos empresários são quase todos de uma família, o que nos leva

⁵ T.I significa Terras Indígenas.

a outra questão: Será que o crescimento do racismo entre os Tremembé tem a ver com essa tentativa de apropriação do território pelos estrangeiros?

Assim, em 2002, buscamos o reconhecimento de nossa identidade como povo indígena Tremembé, para lutarmos contra a destruição de nosso território tradicionalmente ocupado. Nesse artigo pretendemos, ainda mostrar a realidade vivida pelos indígenas dentro de suas aldeias, tendo que lidar com as diversas formas de opressão, como violência, racismo, ameaças e negação de direitos que resultam no massacre de uma parcela dos povos originários.

Falar sobre indígenas no Brasil, requer conhecimento, aproximação, contato direto, pois a muito as histórias contadas nos livros, deixaram de ser lidas como incontestáveis. A maioria dessas histórias, prestaram e prestam o desserviço de alimentar estereótipos, não permitindo que muitos vissem ou vejam que existem outras formas de indignidade. É legítimo refletir sobre os estudos acerca do racismo indígena, uma vez que não é abordado com profundidade. A falta de conhecimento sobre os aspectos culturais, sua etnia, sobre o racismo que adentrou os territórios dos povos originários pode colocar em risco a vida dos indígenas da comunidade da Barra do Mundaú, já que a especulação imobiliária gera conflitos tanto interno, quanto externo.

Para embasar, teoricamente, o artigo, utilizaremos autores como Oliveira et al. (2020) e Peixoto (2017), Milanez et al. (2019), Munanga; Gomes (2006), Costa (2018) e Almeida (2018) dentre outros.

Erroneamente o racismo sempre esteve associado a cor da pele, ao tipo de cabelo, à própria fisionomia, à origem e à cultura, levando em conta que preconceito se dispõe de várias outras situações como desigualdade social, falta de oportunidades e seus direitos negados e a própria aceitação na sociedade. Segundo a autora Peixoto, (2017), o racismo é muito pesado, essa ferida que a todo instante é cutucada, refugiada no eufemismo no contexto brasileiro, a sua existência é negada e quando pensada é associada somente ao povo negro.

Para levantamento dos dados empíricos utilizamos as técnicas de levantamento bibliográfico, pesquisas em campo, usando as técnicas de entrevista semiestruturada e a observação. Assim como, o racismo contra a população negra, o racismo indígena ocorre de várias maneiras: preconceito

contra o cabelo, cor da pele, a maneira de morar, de se alimentar dentre outros preconceitos. Esses constrangimentos ocorrem tanto nas cidades e até mesmo nos territórios, sobretudo, por pessoas que não se consideram ou não se associam aos indígenas.

É comum associar o racismo às pessoas negras e não aos povos indígenas. É verdade que o racismo indígena não ocorre do mesmo modo, porém suas bases e impactos são os mesmos; as violências, violações e explorações, que tentam exterminar cada dia mais essas populações e retirando seus direitos,

A historiografia tradicional pouca atenção deu ao protagonismo da resistência à colonização, e as abordagens da “transição” a escravidão para a negra não apenas reforçaram a narrativa da extinção que coloca os indígenas prementemente num lugar pertencente ao passado, como também serviram para desconsiderar o violento sistema de exploração de força de trabalho, a espoliação e o genocídio que permanecem deste o primórdio da colonização até nos dias atuais. (MILANEZ; S; K; C; R; J. 2019, p.21).

Como mostra a citação acima, a colonização é um sistema genocida que invisibiliza o racismo no Brasil. A historiografia, em grande medida, não deu a devida importância a resistência e luta dos povos indígenas, bem como do povo negro, como forma de minorar os impactos causados pelo processo de colonização.

Quando se fala em indígena, a maioria das pessoas os concebem de forma fossilizada, visualizando-as/os pelados/as, moradores de ocas, com cocas de pena na cabeça, sem conhecimento científico, sem tecnologias e acesso ao mundo urbano, sem uma religião própria (distinta do cristianismo). (OLIVEIRA, 1993). O racismo indígena parte da negação de identidade, baseando-se na ausência de fenótipos que a maioria dos casos nunca nos pertenceram e, portanto, o racismo atinge tantos os indígenas de pele clara ou indígenas de pele negra na mesma proporção.

Todos os dias tendo seus direitos negados, suas matas devastadas suas culturas não respeitadas. Em grande parte dos Estados do Nordeste aponta para não existência dos indígenas, justificada pelo massacre de várias etnias. Entretanto, houve a resistência dos povos que se levantaram, como é o caso dos Tremembé. Aqueles que sobreviveram levantaram a bandeira de luta se reafirmando como indígenas, espalhando essas ideias para outros parentes.

Para refletir sobre o tema o artigo está composto das seguintes partes: introdução, 2 (duas) seções, as considerações finais e as referências bibliográficas.

2. O RACISMO E OS POVOS INDÍGENAS

2.1 Racismo no Brasil

O racismo no Brasil ocorreu desde a invasão dos portugueses, quando as terras brasileiras negaram a existência dos povos que ajudaram a construir a nação. O racismo mais visível e discutido é direcionado ao povo negro que passa a sofrer quando foram retirados de seus territórios para serem comercializados para escravização nas Américas. Nomear e reconhecer o racismo direcionado aos negros, especialmente aos indígenas é uma forma de combater as violências a eles perpetradas.

Segundo Rambelli (2006), o período da escravização foi uma das formas mais desumanas e cruéis, vividas por um povo. No transporte dos escravizados africanos para as Américas, nos navios, conhecidos como “navios negreiros”, eram colocadas a quantidade máxima de indivíduos, a fim de obter lucro cada vez maior no mercado voraz de mão-de-obra escravizada, com duração oficial até 1888. Porém, algumas leis antecederam o fim da escravização.

A Lei Eusebio de Queirós de 4 de setembro de 1850, que estabeleceu medidas que repreendiam o tráfico de africanos para o império brasileiro. Entretanto, a ação passou a ser feita clandestinamente; com a Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, determinou que todos os filhos de escravizadas, nascidos a partir daquela data estariam livres; já a Lei dos Sexagenários, aprovada em 28 de setembro de 1885, declarou que todos os escravizados acima de 60 anos estariam livres, contudo, estes teriam que trabalhar mais três anos como forma de indenização ao seu senhor. Por fim, foi promulgada a Lei Aurea de 1888, que realmente aboliu a escravização no país, pregando o direito de negros e negras viverem livremente e ainda reivindicar seus direitos como seres humanos. Contudo, percebemos que a escravização deixou grandes resquícios, já que a população negra ainda não tem todos os seus direitos assegurados, tendo que lutar cotidianamente contra o racismo. Mattos (2008),

afirma que o Brasil é uma sociedade marcada por quase quatro séculos de escravização, já que as colonialidades dela derivadas estruturam nosso país.

Entretanto, essas Leis não foram suficientes para apagar e abolir o racismo que a todo instante é lembrado pela rejeição a pessoas, pelo simples fato de ser negro e constantemente serem colocados no lugar da vulnerabilidade, de apagamento e silêncio.

2. 2 População indígena e o racismo

O povo negro vem em uma luta constante contra os estereótipos atribuídos a ele, no que diz respeito à cor de pele, o cabelo crespo, sua religião e até mesmo os seus hábitos alimentares. Ainda hoje, a população negra busca a aceitação e o respeito de uma sociedade elitista e branca, de face colonizadora que a propaga a rejeição dessa parte da população brasileira. Segundo Silvio Almeida (2018), o racismo exerce função importante nas relações do Brasil, já que ele estrutura a sociedade, baseando-se nas características físicas, de modo a atingir outras esferas como psicológicas e emocionais.

A maneira como o racismo atinge a população negra. De igual modo podemos dizer que o racismo direcionado aos povos originários, se manifesta da mesma forma. As pessoas quando querem menosprezar os indígenas, também, se referem de forma pejorativa ao seu cabelo, a cor da sua pele, falta de traços étnicos semelhantes aos indígenas da Amazônia, ao fato de residir em casas de alvenaria; são expressões que a sociedade menciona para justificar o racismo indígena, alerta Peixoto (2017).

Para Peixoto (2017), o racismo tanto negro, como indígena não são distintos; ele se associa aos negros como raça e aos indígenas às etnias. Conforme a autora, quem é indígena ou negro sempre passa por questões raciais, considerando o mesmo peso de desigualdade. A luta e os sofrimentos são bem semelhantes, extermínio de jovens, mulheres, crianças, homens negros e indígenas. É como se todo negro tivesse a obrigatoriedade de ser pobre e periférico. Já em relação ao indígena, é como se ele fosse obrigado a ser de pele avermelhada, ter o cabelo liso, dentre outras características. Portanto, a

sociedade condena tanto os negros quanto os indígenas a não aceitarem os seus fenótipos. Deste modo Monsma (2013), define o racismo da seguinte forma:

O racismo não é somente uma ideologia; é um aspecto do habitus. O habitus racial consiste em categorias raciais de percepção dos outros e de si mesmo; um conjunto de relações entre essas e outras categorias, classificando as capacidades, tendências comportamentais e qualidades morais; disposições corporais e emoções - de atração ou repulsão, confiança ou suspeita, segurança ou medo, etc. - a respeito das pessoas assim categorizadas; e esquemas de ação a respeito delas. (MONSMA, 2013, p. 7).

Consoante nos apresenta a autora, quando nos referimos ao racismo, seja por questões raciais ou étnicas, estamos falando sobre o modo de perceber o outro. Tais relações estão estreitamente ligadas aos comportamentos e proximidade de ambos, porém, as diferenças e desconfortos, são utilizados para inferiorizá-lo e possivelmente dominá-lo. Esse racismo que envolve a população negra e permeia toda sociedade também pode ser utilizado para definir as violências raciais sofridas pelos indígenas, já que ele se caracteriza pela negação da existência do outro. (MUNANGA; GOMES, 2006).

A sociedade brasileira originalmente foi composta pelos grupos indígena, negro e europeu. Temos a presença desses grupos em todo território, de Norte a Sul do país. No que diz respeito aos povos originários, estes, em grande medida, se concentram na Amazônia. Em 522 anos atrás, o Brasil “dito” descoberto pelos portugueses, faz com que os povos originários até hoje sofram com esse termo “descoberta”, já que muitos acreditam que povos originários chegaram aqui junto com os europeus que invadiram as terras brasileiras e ainda hoje creem que não há mais indígena no Brasil.

Para Milanez et al (2019, p. 2165), o mito mais difundido acerca dos povos originários, diz respeito ao “desconhecimento”, isto é, a realidade dos indígenas, o que contribui para que haja a sua negação e assim os seus direitos possam sistematicamente negados pelos juristas e legisladores, elite acadêmica e não-indígenas.

Em relação os povos originários, é sabido que o Brasil possui uma grande diversidade de etnias indígenas, com modos de vida, com culturas, histórias, costumes, vivências, tradições, ritos, línguas diferentes e diferentes fenótipos, inclusive na região Amazônica, ainda assim há uma idealização de que os verdadeiros indígenas são os oriundos da Amazônia, uma vez eles se

enquadram no ideal de indígena fossilizado, parado no tempo desde a época em que as terras brasileiras foram invadidas pelos europeus. São personagens de cabelo liso, pele avermelhada, sem roupa e moradores de oca.

Entretanto, a maioria das pessoas não atentam para o movimento que ocorre dentro das culturas, as sociedades mudam e com os povos originários não foi diferente. Deste modo, o Brasil é território indígena, formado por povos misturados, habitantes tanto na zona rural como zona urbana, que pintam os cabelos de loiro, ruivo, vestem roupas da moda, que possuem carros, celulares, geladeira e outras tecnologias. São pessoas que acompanharam as mudanças ocorridas ao longo do tempo e do espaço. Contudo, tais mudanças não fazem desses povos, mais ou menos indígenas.

O Ceará sempre foi presente e será indígena. O Ceará é antes de tudo um projeto “indígena”. Conseguimos resistir a mais de 500 anos na luta e a tentativa de assimilação. Vários de nós já se foram mais ainda continua a existência para contar a história de nosso território. Das serras, sertão, litoral até nas periferias estamos vivos e presentes. E podemos ter nos integrados à sociedade, mas não assimilada na grande massa, pois não deixamos de ser o que somos, indígenas “diferenciados”. (SILVA, 2021, p, 60).

O autor supracitado, destaca a importância de preservar a essência que torna a vida dos indígenas singular, ainda que integrados na sociedade de valores eurocêntricos. Não obstante, nem sempre a convivência com os não-indígenas é harmônica, uma vez que há muita apropriação de espaço dos povos originários como uma forma de dominação. Esses conflitos vão desde invasões territoriais, estupro de mulheres e crianças a violências físicas, mentais e verbais.

A partir do exposto, os invasores passam a usufruir das terras e bens naturais, usando muitas vezes, para o turismo, garimpo descontrolado, comercialização de madeira, da água, derrubam ilegalmente serras inteiras para o comércio da madeira, carcinicultura, construções ilegais de casas, hidrelétricas, indústrias, ferrovias, rodovias, dentre outros. As ações dos invasores acarretam uma série de consequências, como perda das culturas, dos saberes materiais e imateriais, costumes, adoecimento e até mesmo morte.

2.3 Racismo ambiental x racismo indígena

Os povos originários sempre foram discriminados, porém a maioria dos estudos quase sempre classificaram tal discriminação como preconceito. A rejeição aos povos indígenas ocorre desde a invasão às terras brasileiras, persistindo até os dias atuais, por conta da sua cultura diferente e a linguística, como afirma Tomaz (2018). Em contrapartida, o racismo se caracteriza de forma violenta, de modo que interfere no viver desta população. Segundo Milanez et al (2019, p. 2163), “historicamente os indígenas tiveram pouco espaço de debates sobre racismo; pouco ou nada se fala sobre o racismo direcionado aos indígenas no Brasil.”

O racismo se manifesta através de estereótipos, caracterizações fenotípicas e menosprezo por toda cultura indígena. Tais comportamentos são desculpas para negar a existência de indígena no Brasil, sobretudo, no Ceará (RATTS, 1988). Para os povos indígenas é de suma importância reconhecer o racismo como um sistema estrutural contra eles para que possam assim, combatê-lo adequadamente. (MONSMA, 2013).

Os conflitos associados ao racismo praticado contra os indígenas são negligenciados pelo próprio Estado, à medida que os territórios destinados à população indígena são constantemente invadidos por não-indígena e quase não são tomadas medidas para barrar tais ações. Segundo Peixoto (2017), o racismo é uma forma de violência contra os povos originários, pois parte da premissa da negação de sua existência, do mesmo modo podemos supor que as ações contra os povos indígenas são atuações que promovem sua negação, seu aniquilamento.

O racismo contra o indígena é explícito, mas raramente é identificado como tal. No entanto, ao longo da minha pesquisa, percebi que os indígenas começavam a nomear racismo para denunciar diversos tipos de ofensas, preconceitos e discriminações que sofriam. Acho válido aqui um esclarecimento: embora sejam sinônimas, as palavras atuam de forma diferente no imaginário coletivo. Racismo é um vocábulo muito pesado, carrega um estigma que se refugia em eufemismos no contexto social brasileiro, onde se estabeleceu a crença de que ele não existe, e quando passou a ser reconhecido foi relacionado ao negro. (PEIXOTO 2017, p. 36 - 37).

Como demonstrado na citação acima, o racismo pensado pela maioria dos estudos não abrange os indígenas, pois ele é relacionado à raça, dessa forma o povo indígena é excluído dos debates raciais, na medida em que ele não

existe enquanto raça, conseqüentemente não há necessidade de que as violências sejam tratadas como ações racistas.

Com o povo Tremembé racismo a todo instante é cada vez mais nítido, tendo a sua identidade questionada, deslegitimada quando afirma que é um indígena, pois não se tem “cara de índio”. Os ornamentos utilizados pelos indígenas, como cocar, colares e as pinturas tradicionais que os caracterizam como tal, são questionados, com frases como: “você está fantasiado de índio?” esse é modo como o racismo é praticado seja dentro ou fora do território.

O racismo se manifesta de várias maneiras, por isso, quando se sofre racismo por conta do cabelo, da cor da pele, por não ter olho puxado, por usar tecnologia fica nítido que as pessoas estão a se referir ao fenótipo, isto é, às características que se aproximam mais dos negros e negras. Já os indígenas localizados nas regiões Sul, Sudeste e do Norte são reconhecidas como índios pelas suas características físicas, portanto, a discriminação vai em direção a aspectos relacionados às etnicidades de determinados grupos. Deste modo, aos povos originários cobra-se uma identidade única, sem variações físicas, enfim, cobra-se uma homogeneização, sem que os próprios indígenas tenham qualquer gerência sobre a forma como eles se autodeclaram. Os grupos étnicos devem ter liberdade para usar características que os identifiquem, inclusive, característica de organizar a interação entre os indivíduos. (Barth, 1998).

O racismo entre o povo Tremembé, se manifesta através de frases pejorativas, tais como, “você é índio de verdade?”; “vocês são índios ou macumbeiros?”; “Você nem mora em oca”; “Os empresários chegaram dizendo que nós não somos indígenas, nós não nos parecemos, assim, nós somos julgados pelos que não são indígenas aqui dentro e lá fora também”, afirma Deijaci Santos, Indígena Tremembé, em entrevista.

Essas são algumas formas de racismo que fazem aumentar as violências e violações, negação de identidade, intolerância religiosa pela sua espiritualidade e cuidado com mãe terra. Para Peixoto (2017), o racismo indígena e racismo ambiental se configuram de forma diferente; o racismo indígena dissocia os traços físicos da ancestralidade. Já racismo ambiental diz respeito não apenas às intenções raciais, mas também aos impactos materiais e simbólicos ao ambiente, no qual habitam seres vivos. (RABELO, 2010).

O racismo ambiental, é a discriminação racial voltada para meio ambiente em que vive determinadas populações, como os povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, pescadores artesanais, marisqueiras, sequeiras, quebradeiras de babaçu, castanheiras, extrativistas, fundos e fechos de pastos, faxinalenses, geraizeiras, vazanteiras, caiçaras, povos de fundo e fecho de pasto e entre outros. (LEROY et al. 2013). Essas são algumas das populações que são atingidas pela degradação do meio ambiente, tantas vezes provocadas pela invasão de latifundiários, com intuito de interferir nos modos de vida desses povos; outras vezes para gerarem violências e conflitos internos externos, a fim de enfraquecer determinados grupos.

Os povos indígenas, ao saírem de seus territórios têm suas identidades questionadas, negadas e muitas vezes apagadas. É importante que tanto negros quanto indígenas reconheçam e enfrentem o racismo cotidianamente, tantas vezes nomeado de outras formas, incutido por gente que vem de fora, gente com interesse nas terras da comunidade, como mostra Peixoto (2017).

Peixoto (2017), salienta que existe ainda, por parte dos indígenas, pouca intimidade com a palavra racismo, mas aos poucos vão se apropriando para denunciarem as violências nos espaços fora da sua comunidade, especialmente nas universidades, onde aos poucos passaram a circular.

Com as vivências dos povos indígenas dentro do espaço acadêmico, percebeu-se o preconceito, pois o racismo se apresenta em forma de brincadeira, como uma pergunta, aparentemente, sem intenções diretas. Falar propriamente sobre o racismo indígena, não é uma atividade fácil, já que tem poucos estudos, pesquisas que para o embasamento teórico dessa nossa empreitada. Acerca desse assunto, Peixoto (2017) comenta:

Racismo contra os indígenas, apesar de a atitude ocorrer sistematicamente, é uma nomeação rara, visto não serem eles compreendidos na categoria raça, socialmente construída. O uso recente da palavra racismo pelos indígenas inaugura algo novo nas políticas discursivas. A denúncia do racismo na sociedade brasileira vem sendo feita pelo movimento negro desde a década de 1930. (Peixoto, 2017, p.40).

Como aponta a autora, o termo racismo indígena é bem recente, porém precisa ser visto com a mesma intensidade com que o racismo contra as populações negras, à medida que diariamente atitudes racistas acontecem

contra os povos indígenas, de um modo especial nos últimos anos, quando os jovens indígenas saem de seu território e adentram às universidades em busca de estudo, é nesses espaços que acabam sofrendo as referidas violências raciais, ao invés de serem incluídos. Entretanto, espaços acadêmicos também são transformados em espaços de luta, de resistência, uma vez que há a necessidade de constantemente os indígenas se identificarem como tal.

2.4 Conflitos atuais: quando a vida vale menos

Nos dias atuais, diversas regiões como territórios indígenas estão sendo invadidos, lideranças sendo brutalmente assassinadas, não somente pessoas indígenas, mas defensores que lutam pela preservação do meio ambiente e pelas pautas indígenas, tais como a preservação do território e os recursos naturais. Logo, quem se encontra no interior dessas regiões são as mais afetadas, um exemplo são os povos indígenas localizados na região do Amazonas.

A região acima citada, sofre pela grande concentração de recursos que enchem os olhos dos grandes empreendimentos, essas terras são ameaçadas pela mineração, garimpo ilegal, pesca predatória, tráfico de drogas e de animais, bem como o descaso dos governos federal, estadual e municipal, que ao longo dos anos vêm promovendo uma política de destruição não apenas da floresta como das pessoas que nela sempre viveram e quem ela defende. Muitos defensores dos povos da floresta têm suas vidas ameaçadas ou mesmo retiradas.

O fato mais recente foi o assassinato do indigenista Bruno Araújo Pereira e do Jornalista inglês Dom Phillips, crime de grande repercussão na imprensa nacional e internacional. Bruno Pereira, era funcionário do INCRA⁶, defensor dos povos indígenas isolados, assim como de suas terras. Denunciava crimes ambientais, causados pelo garimpo ilegal, mineração, madeireiros, caça e pesca ilegais e, até mesmo tráfico de animais e drogas. As defesas feitas por Bruno fizeram com que ele se tornasse vítima de ameaças. O indigenista acreditava que com as denúncias seria mais fácil resolver as invasões na região.

⁶ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Órgão que constitui uma autarquia federal, com a finalidade de executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário no Brasil.

Bruno Pereira, sofreu perseguição até mesmo dentro da FUNAI⁷, justamente por fiscalizar, por ter atuado na proteção ao Vale do Javari e por ter detectado invasões de madeireiros, garimpeiros e pescadores na região, por isso, foi exonerado do cargo de coordenador-geral, por perseguição. Após deixar a função, solicitou uma licença sem vencimento para continuar atuando em defesa dos indígenas, à medida que temia que na FUNAI não conseguisse fazê-lo. Quanto ao Dom Phillips, ele atuava para o jornal *The Guardian*, produzindo matérias para denunciar a exploração da Amazônica.

A partir do momento que Bruno saiu da FUNAI passou a atuar de forma independente no Vale do Javari. Em junho de 2022, Bruno Pereira em companhia de Dom Phillips saiu para mais uma expedição, o que não sabiam é que esta seria sua última visita. Assim, em 6 de junho do mesmo ano, eles desapareceram, o que foi divulgado pela União dos povos indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA) e pelo observatório dos Direitos Humanos dos povos indígenas isolados (OPI). Uma força-tarefa começa a fazer as buscas pelos desaparecidos no rio. O Ministro da Justiça, Anderson Torres, usa sua rede social para dizer que Fundação Nacional dos Índios (FUNAI) a Polícia Federal, as forças armadas e a forças Nacional estão envolvidos em esforços para encontra-los.

Todavia, as organizações indigenistas acusam o governo brasileiro de omissão nas buscas pelo indigenista Bruno Pereira e jornalista Dom Phillips, bem como, revelam o descaso dos Órgãos Federais de proteção e seguranças, tal como as Forças Armadas. O Governo Federal, deveria ter sido primeiro a iniciar as buscas pelos corpos e mobilizado todos os órgãos que poderiam ajudar com essas ações. O governo brasileiro não está interessado nas causas indígenas, ao afirmar que Dom Phillips e Bruno Pereira estavam em uma grande aventura de suas vidas e não a trabalho. Assim como, declarações feitas pelo presidente, Jair Bolsonaro, sobre flexibilização das regras para exploração das terras indígenas. As atitudes do Presidente da República mostram a banalização acerca do trabalho desenvolvido pelos dois e pelas inúmeras vítimas da violência na Amazônia e em todo Brasil.

⁷ Fundação Nacional do Índio. Este órgão foi criado em 1967, hoje vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Após várias buscas a polícia Federal (PF) confirmou os assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips, foram assassinados. Tendo sido apontados Amarildo da Costa Oliveira, conhecido como “Pelado”, e seu irmão, Oseney da Costa Oliveira, como autores do crime⁸.

Da mesma forma os territórios indígenas do Nordeste, especialmente os Tremembé, localizados no litoral Oeste do Ceará, também tem suas terras ameaçadas pela especulação imobiliária do turismo de massa, pelos projetos de implantação de parques eólicos e pela industrialização do sistema de desenvolvimento das culturas locais. Como já referido, tais ações obrigam que grande parte de seus habitantes deixem de existir como sujeitos indígenas, retirando deles o direito de viver, enquanto povo originários.

O povo Tremembé da Barra do Mundaú se encontra divididos, na medida que um grupo está na luta constante para seu reconhecimento como indígena, e outro grupo está de acordo com os empresários e vem se contrapondo a esse modelo de desenvolvimento que tem gerado vários conflitos, inclusive de ordem ambiental. Ademais, há uma crescente onda de violência no território, propiciada pelos responsáveis dos empreendimentos, que tem levado pessoas a negarem suas identidades indígenas e a olharem para seus parentes de forma pejorativa.

Como demonstram acima, os impactos ambientais e sociais enfrentados pelos Tremembé envolvem devastação de suas matas, secagem e depredação das nascentes e margem dos rios, derrubadas de matas para fazer roçado, denominada como “brocas na mata”, roçados nas margens das nascentes. Além disso, não há respeito pela mãe terra, fazendo queimadas que danificam solo e destroem biodiversidade, pois para os indígenas a preservação do meio ambiente é primordial.

Desde 2014, o povo Tremembé já faz inúmeras denúncias, junto ao Ministério Público, Meio ambiente, Fundação Nacional do Índio (Funai), Polícia Federal, Batalhão da Polícia Militar e ao Governo do Estado, referente aos desmatamentos e as queimadas, a invasão de grileiros e estrangeiros. A

⁸ Para maiores detalhes acessar matéria, disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/presos-pelos-assassinatos-de-dom-e-bruno-serao-transferidos-para-manaus-16522049>

denúncias objetivam que as equipes dos referidos órgãos possam fazer fiscalizações dentro dos territórios.

Vale salientar que as terras Tremembé estão no processo de homologação; ainda hoje existem famílias dentro do território que não se reconhecem como indígena. A demora na homologação tem deixado essas famílias à vontade para praticar o aumento da destruição do território, pois sabemos que enquanto existir pessoas não-indígenas dentro da comunidade vão ocorrer esse problema. É dever do Estado da União proteger as terras indígenas, bem como seus habitantes, como afirma Constituição Federação de 1988.

3 UNIDOS PELA RESISTÊNCIA

3.1 Influências externas e conflitos e divisões internas

O racismo é um problema presente na estrutura de toda sociedade brasileira, tal fato é resultante do processo histórico, devido a colonização que garante aos brancos, ainda hoje, uma posição de privilégios, em detrimento da inferiorização de outros grupos, como a negros e indígenas.

O racismo e suas formas violentas dentro do território Tremembé, tem causado diversos conflitos internos e externos, tendo suas terras usadas pelos invasores que se beneficiam financeiramente das belezas e recursos naturais. Na pesquisa que ora desenvolvo para conclusão da graduação em Antropologia, em coautoria com os moradores indígenas trazemos à tona uma realidade de luta e resistência, sobretudo, quando parte dos Tremembé não se reconhecem como indígenas. Este fato sempre causou diversos problemas, inclusive, com os apoiadores dos empresários e Governo do Estado.

Os problemas externos que adentram os territórios indígenas são violentos e causadores de grandes desavenças que enfraquecem as diferentes etnias e em especial o povo Tremembé. Um desses problemas diz respeito a entrada de empresários no território e com eles a implementação de possíveis construções de uma rede de hotelaria, já mencionada. Além disso, outro grupo de empresários querem criar o projeto de energia Eólica.

A todo instante outras empresas tentam adentrar no território Tremembé, a exemplo a tentativa de implantar as torres na área da praia; outra o projeto as torres seriam colocadas dentro do mar. Contudo, as empresas não tiveram êxito, graças aos esforços dos Tremembé que estão em defesa do território, pois tais projetos irão impactar na sobrevivência da terra e do povo, uma vez que a pesca artesanal é o principal meio de subsistência da comunidade. Ademais, os Tremembé deixariam de ter acesso ao mar, por conta dessas torres. Apesar dos danos evidentes, ainda assim, os empresários tentam negociar com os moradores para aceitarem as torres, alegando que o projeto vai gerar energia limpa para todo do município de Itapipoca, inclusive para o povo Tremembé. As dolorosas violências vividas pelos Tremembé de Itapipoca revelam que essa é mais uma etnia a sofrer com a violação e vilipêndios do Brasil capitalista.

Os conflitos e violação dos direitos dos povos indígenas do Baixo Tapajós tem sido historicamente construído sob os auspícios do discurso do desenvolvimento, concretizado na implantação dos chamados grandes projetos, do crescimento do agronegócio de grãos e pecuária, da exploração madeireira, do extrativismo mineral, das grandes obras de infraestrutura e logística, dentre outros. (COSTA, 2018, p.18).

Como citado acima, esses conflitos externos chegam de uma forma que influencia os povos a aceitarem a construção desses projetos com a justificativa de um desenvolvimento imediato e lucrativa para os indígenas. Da mesma forma, os empresários também utilizam a ideia de desenvolvimento para o território Tremembé, com o intuito de cooptarem os moradores.

São antigos os conflitos externos dentro dos territórios Tremembé. Entre os anos 1950 a 1970, um grupo de posseiros invadiram toda zona costeira e se apropriaram do território Tremembé da barra do Mundaú, afirmando serem os verdadeiros donos, até então era reconhecido com uma pequena comunidade. Os invasores chegaram pelo mar, através de embarcação, ocupando o território; acessando toda a diversidade e abundância de recursos naturais existentes. A exemplo, olhos d'água, manguezais, uma vasta área de dunas e matas e rios. Vale acrescentar que essa área possuía poucos habitantes; mesmo assim, esses poucos moravam mais perto da praia e os parceiros invadiram a área da mata fechada, por isso foi mais fácil adentrar e dominar a área.

À época, os moradores não tinham contatos com pessoas residentes fora da comunidade; eles eram alfabetos; moravam em ocas ou casas de taipas e/ou

barro. Os invasores foram conversando e impondo regras, dizendo o que os nativos tinham que fazer; os indígenas não podiam falar, pois seriam mortos dentre outras ameaças. Os nativos não tinham nem direito de fazer suas plantações e quando plantavam tinham que repartir a produção com os empresários. Esta era uma forma de pagamento para não serem expulsos de sua própria terra. Além do exposto, para um indígena fazer alguma construção tinha que pedir permissão aos poceiros; muitos dos indígenas passaram a trabalhar nos sítios dos poceiros.

Entretanto, parte dos indígenas não aceitaram o sofrimento, decidiu ir embora para outras regiões vizinhas. Os que ficaram do lado dos empresários, foram sendo paulatinamente cooptados. Os posseiros afirmavam que os moradores não eram indígenas; prometiam emprego, assim os indígenas acabavam por ficar do lado deles, os apoiando a invasão. Desta forma, os posseiros se alastraram por grande parte das terras Tremembé, até o momento em que disseram ser dono de toda terra.

A fala do entrevistado, José Silvestre do Nascimento, de 63 anos, conhecido como “Zé Canãa”, agricultor e compositor das músicas indígenas do Torém nos mostra a dimensão do problema vivido dentro do território Tremembé da Barra do Mundaú.

No tempo dos posseiros chegaram aqui, eles vendiam território sem a gente saber. Os posseiros vendiam o território uns para os outros. Quando chegou a primeira empresa a maioria do povo saiu, foram pra cidades, para as favelas, maioria morreram dos mais velhos e os filhos que ficaram e os netos que foram para as drogas eu conheço muitos deles, foram para capital. Aí a gente continuo e ficamos com todo preconceito das empresas, humilhação, mas nós ficamos aguentemos e graças a deus, nós até aqui, mas foi difícil para nós reconhecer como indígena, tinham preconceito. Em 2002 nós reconhecemos como indígena, aqui não foi fácil para nós não, foi mulher e homem apanhou de polícia mandado pela empresa, mais agente enfrentou a batalha até hoje graças a deus.... (José Silvestre do Nascimento, indígena Tremembé. Entrevista concedida em fevereiro de 2022).

O Relato acima nos mostra um pouco do que a empresa causou dentro do território enfraquecendo do povo Tremembé e muitas violências causadas pelos conflitos externos. Adriana Carneiro de Castro, 50 anos, é liderança do povo Tremembé da Barra, professora na escola indígena e vice coordenadora FEPOINCE, relata:

O maior problema hoje que nos enfrenta dentro do território é especulação imobiliária, que quem construir aqui dentro do nosso território uma rede de hoteleira como nova Atlântida. Então a gente encontra esses desafios, hoje é questão da regularização dos nossos territórios não só nosso da Barra do Mundaú, mais, é de todos os territórios hoje no estado do Ceará. São desafios muitos grandes que a gente enfrenta, para regularizar os nossos territórios, precisa lutar muito para que isso possa acontecer.... A maior ameaça é especulação imobiliária e esses grandes projetos querem implantar dentro do território como a questão da energia Eólica, instalar tanto por dentro do mar como por fora, então essas são algumas ameaças grande de empreendimento que vem desenfreada e que tem apoio do Governo do estado, governo municipal, é o Governo Federal essas são as ameaças dos nossos territórios... (Adriana Carneiro de Castro, indígena Tremembé. Entrevista concedida janeiro de 2022).

Na fala da liderança Adriana Tremembé, a mesma menciona esses problemas que chegam dentro do território Tremembé. Com todos os possíveis empreendimentos ainda tem os vizinhos, moradores da praia da Baleia e da praia do Mundaú que usam o território indígena para o turismo, sem o consentimento e autorização dos Tremembé. Estes negam a existência dos indígenas para poder usufruir desse espaço. Vale ressaltar que tais invasões ocorreram nas áreas mais cobiçadas pelo turismo; região que possui praia, morros, dunas, lagoas, rio, manguezal. No local da invasão tem grande pasto de vegetação; os animais do povo Tremembé são criados soltos, desta forma os projetos empresariais constituem uma verdadeira ameaça à vida dos animais e dos Tremembé; ainda por cima, geram confrontos diariamente.

O lixo produzido pelos turistas, na área da praia causam grandes impactos ambientais, à medida que tudo que é descartado pelos Balence é colocado em um espaço (lixão) dentro do território. Além disso, as empresas utilizam catamarãs para acessar o rio, passando dentro do território Tremembé, portanto, as empresas usam as belezas naturais para se beneficiarem financeiramente desses espaços.

O tráfico de droga dentro do território, também, é uma ameaça para os Tremembé, pois causa terror, assustando a população. Até então, essa não era uma preocupação. Acrescentamos que não há uma fiscalização do órgão competente para combater esse problema dentro das aldeias. Outro problema é a chegada das igrejas evangélicas no território que interfere na identidade e na cultura do povo Tremembé. As lideranças têm bastante dificuldade em manter diálogo com os pastores, tendo em vista que tais igrejas estabelecem relações

de poder e dominação, à medida que incitam os indígenas há não praticarem sua cultura, espiritualidade, seus rituais sagrados, como Torém. Ademais, por meio de palavras pejorativas, incentivam para os indígenas não se vistam com suas pinturas corporais, a não frequentarem a escola indígena. Enfim, as religiões evangélicas impedem que os Tremembé cultivem costumes e tradições, como mostra o trecho da entrevista abaixo:

A religião evangélica que está dominado nosso território com muitas igrejas e até afastando algumas famílias do movimento indígena e da espiritualidade. Durante os cultos no território fica um trânsito de pessoas de comunidades vizinhas, a duração de seus cultos vai até tarde da noite, com sons muito altos. Os pastores tentam convencer outras famílias a se engajarem na religião com discurso de salvação, muita das vezes apresenta intolerância religiosa, com frase "entregar Jesus". Ainda tem a maior ameaça, que é o tráfico de droga que veio de fora para dentro território. Então o tráfico, as religiões evangélicas vêm prejudicado nós indígenas; não querem nos respeitar! (Entrevista anônima, morador(a) do território Tremembé, concedida em maio de 2022).

A narrativa acima é reveladora, no sentido de mostrar a situação de vulnerabilidade vivida pelos Tremembé, além da pressão sofrida pelos empresários e corporações que veem ali a possibilidade de explorar aquelas terras e aquela gente, tem a entrada do tráfico e grupo evangélicos que chegam para estremecer ainda mais a situação. Além disso, muitos moradores temem denunciar com medo de represália ou da morte material de seus corpos, por isso, muitas e muitos moradores preferiram não se identificar. Esses empresários tentam cooptar os indígenas com proposta de geração renda, emprego para as famílias, mas sobretudo, por levarem os indígenas a negarem seu passado enquanto povo originário, porque quanto mais eles negam sua identidade, mais argumentos fornecem aos empresários para efetivar seus objetivos. Como mostra a fala de uma das lideranças Tremembé:

A vários problemas aqui, são os posseiros, porque quando eu não sou indígena eu sou posseiro que tem aqui, a FUNAI não teve esse poder ou não quer indenizar essas famílias que se recusa a sua identidade como indígena. Outro problema são as invasões territórios das pessoas não indígena de fora querem invadir no limite da terra, principalmente nos espaços que não há casas perto. Cada dia surge um problema, que é a energia eólica quer implementar no mar, e que vai interferir na sobrevivência do nosso povo. (Erbene Veríssimo, indígena Tremembé. Entrevista concedida abril de 2022).

Na fala acima percebemos que grande parte dos conflitos vividos pelos Tremembé veem de fora para dentro. Os empresários assim, conseguem enfraquecer o grupo e, possam ter a garantia explorar a terra e seus recursos naturais nela existente. Prometiam que os moradores teriam livre acesso para usufruir dos bens com a justificativa que o empreendimento traria para o território desenvolvemos. Outra moradora de Barra do Mandaú, relata:

Eu sofro racismo pôr ter uma pele escura cabelos cacheados, muitas das vezes as pessoas mim associa como negra, e não como indígena, por conta desse fenótipo do que seria um indígena, cabelo liso, olho puxado, por eu não ser parecida com esses fenótipos sofro muito mais...O racismo está direcionado a mim por eu pertencer a um povo e ter uma história de luta e resistência pelo reconhecimento e identidade. A todo momento os que não se reconhece indígenas tentam contradizer negando a nossa identidade de que não somos indígenas, pois eles têm a ideia de que ser indígena tem que andar pelado, viver longe da civilização, assim eles tentam nos intimidar com essa ideia do que é ser indígena. (Graziele, 23 anos, indígena Tremembé, estudante de Agronomia da Unilab. Entrevista concedida abril de 2022).

Como foi citado acima, o Tremembé sofre com o racismo por conta de um suposto ideal dos fenótipos indígenas, seria padronizado. Por isso sua identidade é questionada e negada.

Como já foi citado anteriormente, a partir dessa proposta de emprego e as melhorias de vida, a comunidade se dividiu, uns aceitaram de imediato, enquanto outro grupo resolveu analisar e estudar a proposta. A liderança, Adriana Tremembé diz "aí nós refletimos em coletivo se era para nós sairmos daqui é melhor que a empresa saia. Nós somos nativos dessa terra e vamos ficar nela". Após a reunião, alguns reafirmaram o apoio ao ficaram do lado do empreendimento, outra parte preferiu a luta contra a especulação imobiliária, assim permanecem unidos pela resistência. Desde então os conflitos e a luta pelo território se intensificou; pessoas do mesmo sangue (irmãos, pais, avós, primos etc.) se desentendem.

O impasse continua até os dias atuais, já que uma parte acredita nos empresários que dizem que eles não são indígenas. Este conflito que veio de fora para dentro do território deu início a divisão da comunidade, portanto, aos indígenas que se reconhecem como tal, tornam-se foco de ameaças, preconceito, racismo e discriminação de toda sorte.

No que tange a esses conflitos, da luta dos indígenas, contra os que não se reconhecem como indígenas e a empresa, nos vemos muitas vezes acuados, à medida que acreditamos que uma coisa é lutar, confrontar a polícia ou os empreendedores, outra coisa é lutar contra nossa própria família, nosso próprio "povo", nossos parentes. Os que são cooptados pelas empresas se iludem que terão vida fácil e renda garantida. Essas pessoas acabam deslegitimando a luta, como já pontuamos anteriormente, assim torna mais fácil a dominação. Os problemas enfrentados pelos Tremembé pode ser um exemplo do que ocorre em outras regiões, como mostra a citação abaixo:

A produção de conflitos internos é parte do desrespeito sofrido pelos povos do baixo Tapajós, e se relaciona ao racismo que inferioriza e despreza pessoas desde a colonização. O conflito ocorre também pelo significado atribuído a natureza: fonte e meio de vida para os que nela vivem e objeto exclusivamente de exploração e lucro para os que a cobiçam. A luta dos povos locais é pela garantia da terra e envolve sentimentos de pertencimento a uma forma de viver nela. As populações locais desejam a garantia da terra, mas também melhores condições de vida sobre ela. Anseiam por melhorias nas áreas da saúde, educação, água, energia, transporte e alimentação. A forma de viver, em estrita relação com a natureza, é comum, sejam elas indígenas ou não. É no modo de vida que as pessoas têm mais similaridades e na relação com a natureza demonstram grande afetividade. São as ameaças a essa forma de vida que determinam os inimigos comuns: os que chegam com o escopo de tomar terras e expulsar gente a qualquer custo. (PEIXOTO. 2017, p. 139).

A autora, aborda que os conflitos internos são gerados pela ganância financeira e pela exploração dos recursos naturais que se estendem dentro desses territórios. Igualmente aconteceu com os Tremembé, considerando os conflitos internos foram instigados por ações externas. Além dos conflitos por terra, os empresários ao questionarem a identidade étnica fizeram com que alguns indígenas negassem suas origens, possibilitando o surgimento o racismo que hoje se encontra no território, isto é, as ações externas colaboraram para a desintegração dos Tremembé da Barra do Mundaú.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo ora apresentado, buscou refletir sobre as questões do racismo indígena, onde sua trajetória de luta remonta o período da invasão do território Tremembé, cuja identidade é negada a todo instante, devido não possuir ele os fenótipos que o caracterizam como indígena. Como foi mostrado, tal fato tem

acarretado uma série de violências, como o racismo, preconceito e discriminação.

A presente escrita possibilitou revisitar a memória desde a infância. Não foi fácil verificar por meio das entrevistas que o empreendimento e outras empresas conseguiram dividir a família Tremembé; a cada palavra escrita surge uma dor. As lembranças de quando criança, ver minha mãe ter que escolher se identificar como indígena ou ficar do lado empresários e dos seus pais. Foram várias famílias separadas e divididas diante deste cenário.

Levando em consideração o trabalho em campo e a escrita, chegamos à conclusão, ainda que provisória, que os conflitos dentro do território por indígena e não-indígenas se dão pela grande influência que os empresários do empreendimento Nova Atlântida exercem sobre indígena que passaram a negar suas identidades. As influências ocorrem tendo em vista, que a eles são ofertadas grandes recompensas com a conquista do território.

Entretanto, é preciso dizer que o racismo é reforçado quando os cartórios não registram os indígenas como tal. Em segundo lugar pela esperança que os cooptados alimentam em conseguir emprego como já mencionamos no decorrer da escrita desse trabalho. Levando em consideração as falas formais e informais dos entrevistados podemos reafirmar são realmente influenciadas por ideias que vieram de fora para dentro, já que não em nenhuma das entrevistas há relatos de falas racistas antes dos empresários invadiram o território Tremembé. Assim os ditos não identificados como indígenas seguem no esperar de uma vida melhor.

O racismo é cada vez mais nítido tanto pela inculcação dos invasores quanto pelos que ainda permanecem dentro território que negam suas identidades indígenas. Ao fazer essa pesquisa os entrevistados compartilham a dor e revolta diante dessas situações desde a chegada dos conflitos advindos, inicialmente de fora para dentro, como já mencionado.

A escrita desse trabalho não diz respeito apenas a finalização da graduação, mas serve para denunciar a existência do racismo indígena no território Tremembé da Barra do Mundaú. É importante lembrar que os povos indígenas têm diversas formas de cultivar sua espiritualidade, cada povo com

seus cantos, ritos e modo de viver diferente, o racismo não está apenas no território Tremembé da Barra do Mundaú, mas em todos os espaços da sociedade brasileira, basta que determinados grupos não estejam dentro dos padrões eurocêntricos.

Por fim, esperamos que o presente artigo sirva para as futuras gerações dos Tremembé, bem como para os indígenas do Estado do Ceará e de outras regiões, a fim de que o racismo não interfira na vida, na nos seus sonhos daqueles que continuarão.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvo Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Editora Letramento, 2018.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade. São Paulo: Unesp, 1998.

CASTRO, Adriana C. O racismo indígena: luta, conflitos e resistência do povo Tremembé da Barra do Mundaú. Entrevista semiestruturada. Gabriela Silvestre. Itapipoca: janeiro, 2022.

CASTRO, Gabriela S. Mapa: Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú, Itapipoca-CE, 1 mapa, 2022.

CASTRO, Grazielle S. O racismo indígena: luta, conflitos e resistência do povo Tremembé da Barra do Mundaú. Entrevista semiestruturada. Gabriela Silvestre. Itapipoca: abril, 2022.

COSTA, Solange Maria G. D. C. Violência, discriminação, racismo e conflitos envolvendo os povos indígenas no Baixo Tapajós. XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras em Serviço Social, Vitória- ES, p. 1-19, 2018.

LEROY, Jean P. PACHECO, Tania. PORTO, Marcelo F. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p.115-132, 2013.

MATTOS, Marcelo B. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro 2008. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, vol.1, n.1, p. 51-64, janeiro-junho de 2009.

MONSMA, Karl. Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. XXVII Simpósio nacional de história Natal-RN. 2013.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma L. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2006.

MILANEZ, Felipe. CRUZ, Felipe. JESUS, Genilson. KRENAK, Ailton. RAMOS, Elisa. SÁ, Lucia. Existência e diferença: O racismo contra os povos indígenas. Revista. Direito Praxis: Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 2161-2181, 2019.

NASCIMENTO, José S. O racismo indígena: luta, conflitos e resistência do povo Tremembé da Barra do Mundaú. Entrevista semiestruturada. Gabriela Silvestre. Itapipoca: fevereiro, 2022.

OLIVEIRA, Deijaci S. O racismo indígena: luta e resistência do povo Tremembé da Barra do Mundaú. Entrevista semiestruturada. Gabriela Silvestre. Itapipoca: março, 2022.

OLIVEIRA, João P. ATLAS das Terras Indígenas/Nordeste. Rio de Janeiro: Ed. PETI/ Museu Nacional/UFRJ. p. V-VIII, 1993.

OLIVEIRA, Roberta G. CARPIO, Christiane G; CORREA, Roseane M; CUNHA, Ana P; GABELHA, Ana Giselle S; OLIVEIRA Rachel B; Desigualdades raciais e a morte com horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural Cad. Saúde Pública, p. 1-14, 2020.

PEIXOTO, Kércia P. F. "EU EXISTO": afirmação indígena e nomeação do racismo. Os Borari e os Arapium da Terra Maró, Amazônia. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas /Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

RATTS, Alecsandro. Os povos invisíveis: território negros e indígenas no Ceará. Cadernos Ceru, Dossiê Amazonas. Série 2 v.9, p.109-127,1998.

RAMBELLI, Gilson. Tráfico e navios negreiros: contribuição da Arqueologia Náutica subaquática. Navigator, v. 2, n. 4, p. 59-72, 2006.

RABELO, Josinês B. Conflitos ambientais gerados pelo racismo ambiental no processo de implementação do conselho gestor da Rebio serra negra em terras indígenas. Pernambuco: Cadernos de estudos Sociais: Recife, v.25, n.2.p 303-312, Jul/dez, 2010.

SANTOS, Suzenilson dos S. Um museu indígena como estratégia interdisciplinar de formação entre os Kanindé no Ceará. Dissertação de Mestrado em Humanidades -UNILAB, Redenção, 2021.

TOMAZ, Suzi G. Preconceito contra o povo Kaingang da Terra indígena do Rio das Cobras. Trabalho de conclusão de curso Licenciatura interdisciplinar em educação do campo: UFFS, Laranjeiras do Sul, 2018.

VERRÍSMO, Erbene R. O racismo indígena: luta, conflitos e resistência do povo Tremembé da Barra do Mundaú. Entrevista semiestruturada. Gabriela Silvestre. Itapipoca: abril, 2022.